

## ESTÉTICA E ARGUMENTAÇÃO NAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

Ivanete Bernardino Soares – UFMG

Renato de Mello – UFMG

### Introdução

A proposta maior desta apresentação é de discutir algumas noções da teoria da argumentação utilizadas no âmbito da Análise do Discurso. A apropriação teórica e metodológica das reflexões desenvolvidas por estudiosos da argumentação como Plantin (2008), Perelman e Olbrechts-Tyteca (2002), dentre outros, reforça a natureza essencialmente interdisciplinar da Análise do Discurso e amplia as possibilidades de entendimento de um mesmo fato de linguagem sob perspectivas diferentes, embora próximas.

Nossa intenção é demonstrar a teoria por meio da análise de um texto narrativo e parcialmente ficcional, como é o caso da crônica. A abordagem será primordialmente discursiva, embora reconheçamos que este gênero comumente se utiliza de recursos ficcionais e literários, mesclados com técnicas de redação jornalística, o que torna sua composição formal ainda mais complexa. O texto escolhido para análise constitui-se de uma crônica escrita por Machado de Assis, publicado no jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1888.

### 1. Da língua para o discurso: aproximações entre a Análise do Discurso e as Teorias da Argumentação

Para a Linguística da Enunciação, de maneira geral, e para a Análise do Discurso, especificamente, a dimensão argumentativa da linguagem é de interesse primordial, já que sua concepção de linguagem passa inevitavelmente pela idéia de interação verbal, socialmente orientada. Assim, a perspectiva teórica da Análise do Discurso parte da consideração de que a interação entre sujeitos, isto é, a prática discursiva, é regida pela intencionalidade, e que esta última está diretamente relacionada à necessidade de agir sobre o outro, de provocar “a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento” (PERELMAM, 1996, p. 4). Neste sentido, parece ponto pacífico a relação entre as teorias da argumentação e os interesses teóricos e metodológicos da Análise do Discurso.

Diante da atual diversidade de estudos sobre o assunto, torna-se necessário delimitar com alguma precisão, para os fins deste trabalho, os instrumentos de análise dos quais pretendemos nos valer, já que, como mencionado anteriormente, o objetivo maior não é discutir a teoria, mas referendá-la por meio da prática analítica. Não queremos dizer com isso que a teoria não precise ser discutida, mas que neste momento nos interessa investigar a compatibilidade de uma análise discursiva por meio de categorias da teoria argumentativa. Assim, passaremos à indicação das noções ou categorias que julgamos relevantes em função da natureza do texto que será o objeto da análise.

Dentre tantos teóricos, nos apoiaremos na releitura realizada por Plantin (2008) de três noções teóricas já desenvolvidas por outros estudiosos: “esquematização”, “*ethos*” e “orientação argumentativa”. De Grize, filiado aos estudos da lógica natural, Plantin resgata e torna mais precisa a noção de esquematização argumentativa; a noção de *ethos* é redefinida por meio da articulação entre a concepção aristotélica e a perspectiva de Ducrot; deste último se vale também da noção de orientação argumentativa.

De maneira bem sucinta, podemos definir **esquematização** como um discurso que constrói um mundo coerente e estável, apresentado ao interlocutor como uma imagem da realidade (equivale, em alguma medida, ao “*verossímil*” de Perelman). Dessa forma, a argumentação seria uma representação discursiva de algum aspecto do mundo, orientada para um destinatário. Esquematizar, assim, é construir uma representação seletiva e estratégica de uma realidade, que pode ser, inclusive, ficcional, ordenando os fatos em uma hierarquia particular, que por si só é carregada de sentido. De acordo com o entendimento de Plantin, no entanto, essa configuração discursiva não basta para caracterizar a argumentação, para ele é preciso haver uma “contradição ativa”, isto é, a argumentação deve corresponder a um modelo dialogal.

A releitura de Plantin da noção de *ethos* enfatiza sua dimensão estratégica, isto é, ele a define como *manobras de apresentação de si* visando passar determinada imagem ao destinatário. Diferentemente do que considera a teoria da argumentação na língua de Ducrot, Plantin considera tanto o que é dito pelo sujeito sobre si mesmo como o que é mostrado. Assim, interessa para sua teoria argumentativa três formas de

expressão da subjetividade: o sujeito extradiscursivo, o sujeito inferido a partir do discurso e o sujeito tematizado no discurso.

A noção de **orientação argumentativa** seria, na acepção de Ducrot, “o conjunto das possibilidades ou das impossibilidades de continuação discursiva determinadas por sua utilização” (1990, p. 51). Neste caso, a conclusão já estaria presente no argumento, o que dependeria apenas da boa formação gramatical. Para Plantin, tal definição também é insuficiente, pois “o tipo exato de orientação deve ser determinado no contexto” (2008, p. 38). Segundo ele, não podemos abrir mão de indicadores contextuais para reconstruir a intenção-conclusão.

Entendemos que as adaptações destes conceitos, da forma como realizadas por Plantin, deslocam substancialmente os recursos argumentativos do universo da língua e os situam privilegiadamente no âmbito do discurso. Dessa forma, a aproximação entre a Análise do Discurso e as Teorias da Argumentação se torna mais efetiva e o uso de tais categorias, consideradas sob este ponto de vista, podem contribuir para a análise da dimensão argumentativa da linguagem nos variados gêneros discursivos.

### 3. Abolição e República: a crônica de 11 de maio de 1888 <sup>1</sup>

Antes de partirmos para a análise propriamente, faz-se necessário apresentar algumas informações preliminares com o propósito de contextualizar a crônica que será analisada e, com isso, esclarecer sentidos que podem não estar explícitos, devido à especificidade do gênero, dependente como está de questões históricas da época em que foi escrito.

A crônica de 11 de maio de 1888, escrita por Machado de Assis, tematiza dois eventos significativos para a história do Brasil no final do século XIX: a abolição da escravidão e a mudança de regime político (transição da Monarquia para a República). É importante lembrar que o texto foi publicado dois dias antes de promulgada a *Lei Áurea* (de 13 de maio de 1888) e cerca de um ano e meio antes da *Proclamação da República* (novembro de 1889). Outra informação significativa para a análise é o fato de que ela foi publicada no jornal *Gazeta de Notícias*, periódico declaradamente abolicionista e antimonarquista, o que certamente produz uma expectativa de leitura com relação ao posicionamento do cronista diante dos fatos mencionados.

Com relação às condições de sua produção, é relevante ainda acrescentar que a crônica referida faz parte de uma série de 49 textos escritos entre abril de 1888 e agosto de 1889, em uma coluna semanal intitulada *Bons Dias!*. A análise feita desta série, até o momento, parece indicar que ela se organiza como um projeto de escritura, com uma relativa unidade composicional e narrativa. Pode-se identificar, por exemplo, um perfil social constante do narrador na maioria das crônicas. De maneira geral, ele se apresenta, no nível do enunciado, como sendo um representante da classe bem nascida: homem de posses, *status* social e visibilidade política. Além disso, o narrador se autocaracteriza como um homem culto, dado à reflexão, solidário e sociável. No entanto, no nível da enunciação, mostra-se como um indivíduo hipócrita, interesseiro, demagogo, superficial, trapaceiro e, principalmente, arrogante e prepotente. Essa oposição entre o nível do enunciado e o da enunciação gera um efeito irônico que tem como resultado direto a ridicularização implícita, ou subentendida, do próprio narrador. Por tabela, o efeito de sentido produzido mais evidente é a crítica sutil às classes dominantes da época. Assim, o cronista assume o ponto de vista desta elite, para expor, mais convincentemente, seus defeitos. Esta é, como veremos, a principal estratégia utilizada na crônica em questão.

### 4. A articulação entre o tema e o “esquema argumentativo” da crônica

Pensando na noção de esquema argumentativo de Grize, tal como reformulado por Plantin (2008), podemos dizer que, nesta crônica, temos dois esquemas articulados em função do tema: um elaborado em torno do tema da abolição e, outro, em função do tema da mudança de regime político.

O primeiro é estruturado nos sete primeiros parágrafos e se desenvolve a partir de um dilema. Paralelamente às discussões sobre a abolição, surge a dúvida irônica do narrador: de um lado o “princípio da liberdade”, de acordo com o qual todo ser humano tem as mesmas condições de liberdade, independente de

<sup>1</sup> A crônica encontra-se em anexo.

raça ou nível econômico, e de outro, o “princípio da propriedade”, segundo o qual o direito de posse adquirido é legítimo e inviolável. A ironia vem da principal razão de que o objeto da propriedade refere-se, neste caso, a seres humanos, tornando incompatíveis as duas imposições, que não deixam por isso de ser institucionalizadas e legais. A narrativa deste primeiro esquema se estrutura em quatro movimentos argumentativos: o primeiro corresponde à construção do *ethos* do narrador (recurso que será retomado mais adiante nesta análise); o segundo apresenta a exposição do dilema; o terceiro desenvolve o encadeamento dos argumentos e o quarto propõe a solução do dilema. Este é o andamento dado ao processo argumentativo no primeiro esquema.

O segundo esquema argumentativo, cujo tema é a mudança de regime político, é dramatizado no oitavo parágrafo, por meio, principalmente da forma dialogal assumida pelo texto. Os interlocutores deste diálogo são o próprio narrador e um personagem-opositor (posição que pode ser ocupada por um leitor, por exemplo). Aqui, o narrador se utiliza de uma estratégia diferente: transfere para o interlocutor a *tese* que pretende ver defendida, apagando-se por meio de uma argumentação inconsistente. Instaura-se uma situação de **desacordo** (condição essencial para o embate argumentativo) em que o narrador, diferentemente do primeiro esquema argumentativo, não demonstra a mesma convicção com base em razões demonstráveis. Assim, enquanto o narrador defende a Monarquia, seu interlocutor defende a premência da República. O tema da mudança de regime político é desenvolvido, então, às avessas, por meio de uma composição narrativa estratégica, recurso permitido pela liberdade criativa do gênero. Dessa forma, o esquema argumentativo se desenvolve, novamente, em torno de um dilema: regime monárquico OU regime republicano? Este segundo esquema se estrutura em três movimentos: no primeiro, o narrador assume posicionamento favorável à Monarquia (mas o faz por meio de uma argumentação frouxa e sem ênfase); no segundo, o autor implícito atribui ao personagem-interlocutor um posicionamento categoricamente favorável à República e, no terceiro, este mesmo autor-implícito atribui ao opositor a palavra final, produzindo uma “orientação argumentativa” favorável à República.

Neste sentido, podemos esboçar a primeira conclusão parcial, isto é, referente à noção de esquema argumentativo presente na crônica: se enquanto o primeiro esquema (tema da abolição) está construído sobre uma estrutura prototipicamente argumentativa, isto é, à apresentação de um dilema (ou questão), segue-se um encadeamento lógico e progressivo de argumentos a fim de se eliminar uma das possíveis respostas em favor de uma única solução viável para dilema, o segundo esquema argumentativo (tema da mudança de regime) está construído sobre uma estrutura narrativa da ordem do *verossímil*, de natureza ficcional e, portanto, dependente do gênero discursivo ao qual se vincula, neste caso, uma crônica jornalística, cujo estilo correspondente prevê a utilização de recursos literários como a criação de personagens e situações ficcionais. Assim, o esquema argumentativo se constrói em função de uma coerência estética e formal que não dispensa recursos advindos da arte literária. Esta primeira conclusão justifica, de certa forma, a escolha do título desta apresentação. Em outras palavras, a argumentação da crônica está relacionada diretamente com o modelo estético permitido pelo gênero.

## 5. A noção de “*ethos*” na crônica: volubilidade do narrador

É no primeiro esquema argumentativo que podemos perceber como se dá, discursivamente, a construção do *ethos* do narrador em função do que é dito por ele de si mesmo, isto é, enquanto “manobra de apresentação de si” visando passar determinada imagem ao destinatário (retomando Plantin, 2008, 114).

Já no primeiro parágrafo<sup>2</sup>, o *ethos* do narrador se apresenta no nível do enunciado, ou seja, como a “pessoa tematizada no discurso”, como alguém cuja superioridade de observação e análise sobrepõe-se a todo o resto da população: “Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em suma), e o resto da população”. (ASSIS, 2008, p. 103). No quarto parágrafo, a manobra de apresentação de si se faz sobre um aparente paradoxo: “... a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar minha humildade” (ASSIS, 2008, p. 103-104). O sentimento de “humildade” seria incompatível com a apresentação que faz de si, desde a primeira linha do texto, ou seja, a humildade se caracteriza exatamente pelo sentimento de ausência de vaidade diante do próprio valor, o que não corresponde, em nenhuma medida, ao comportamento arrogante e imponente do narrador. Apesar do efeito cômico, a ironia presente neste paradoxo pode gerar, neste caso, uma atitude de rejeição por parte dos leitores frente ao argumentante e, conseqüentemente, frente à **conclusão** de sua argumentação.

<sup>2</sup> Os parágrafos da crônica em anexo foram numerados para facilitar a identificação dos segmentos analisados.

É importante retomar a argumentação do narrador frente ao suposto dilema diante dos dois princípios que regem a relação entre senhores e escravos, a fim de destacar a maneira como foi construída a conclusão do narrador. Após apresentar a sua “opinião racional e os seus fundamentos” (parágrafo quarto), decide-se por ficar, como em todas as lutas, do lado do vencedor, independente de quem seja, podemos acrescentar, sejam escravos ou senhores. Assim, contra qualquer princípio ético convencional, prefere o lado daquele que lhe pode dar mais lucros. Como mencionado acima, tal postura pode gerar uma aversão com relação à pessoa do argumentante e, conseqüentemente, ao que este defende, neste caso, de que a necessidade de lucros deve prevalecer ou sobrepor o princípio ético. Novamente há uma oposição entre aquilo que é dito e o que é mostrado ou, em outras palavras, o que é dito no plano do enunciado e o que é mostrado no plano da enunciação a respeito do *ethos* do narrador, resultando em um baixo grau de confiabilidade e crença na virtude do mesmo.

Assim, como uma segunda conclusão, também parcial, podemos dizer que o *ethos* da “pessoa tematizada no discurso” não corresponde ao *ethos* da “pessoa inferida a partir do discurso”, para usar dois termos de Plantin. Neste caso, se por um lado o “*ethos* dito” se mostra como digno de confiança e, portanto, dono de uma argumentação racional, precisa e ética: “homem de olho alerta”, “profundo”, cuja humildade foi compensada por Deus com sagacidade e profundidade de espírito, isto é, merecedor de dons divinos etc; por outro lado, o “*ethos* mostrado”, ou inferido no discurso, se apresenta como arrogante, presunçoso, interesseiro e amoral, logo não sendo merecedor de crédito ou confiabilidade.

Neste caso, a estratégia do autor implícito também é implícita, ou seja, o narrador apresenta uma *tese* a qual o autor implícito não aprova e, portanto, faz transparecer implicitamente as reais intenções e o real caráter do narrador.

## 6. A dramatização da “orientação argumentativa” da crônica

Para concluir, passemos para a análise da **orientação argumentativa** da crônica. Para isso, concentraremos a análise no segundo esquema argumentativo, que tematiza a mudança de regime, e corresponde ao oitavo parágrafo da crônica. Neste ponto, a argumentação é dramatizada, isto é, é encenada por meio do diálogo no qual o personagem criado ocupa o lugar do proponente, já que, se por um lado ele inicia a seqüência argumentativa e “propõe” a discussão, por outro o narrador assume um *ethos* menos ativo que no primeiro esquema, o que diminui o foco para a ação verbal deste último e valoriza o posicionamento de seu interlocutor. Vamos utilizar este esquema para ilustrar a última noção proposta no início, isto é, a de “orientação argumentativa” de Ducrot, porém no nível da enunciação, como reformulado por Plantin, e não mais apenas no nível do enunciado como queria Ducrot.

De acordo com Plantin, a orientação argumentativa de um enunciado tal como formulado pela Teoria da Argumentação na Língua, corresponde à “seleção operada por esse enunciado sobre os enunciados E2 capazes de sucedê-lo em um discurso gramaticalmente bem construído” (2008, p. 33). Assim, o que um enunciado quer dizer, isto é, sua significação, corresponde à conclusão para o qual ele está orientado. Para Plantin, no entanto, a competência argumentativa não é uma competência semântica da língua, mas uma técnica de planejamento lógico-discursivo de múltiplas dimensões (não só lingüística). Para ele, “o tipo exato de orientação com o qual é preciso se haver deve ser determinado no contexto” (2008, p. 38).

Com base nisto, e voltando para o texto, percebemos que o segundo esquema argumentativo é introduzido pelo personagem criado no 8º parágrafo, especificamente com a provocação: “Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar” (ASSIS, 2008, p. 104). Nesta seqüência, o narrador, agora, apresenta-se com um *ethos* menos agressivo e até indulgente e tolerante. Ou faz-se de desentendido ou realmente está mal informado a respeito do desenrolar dos acontecimentos políticos. Seguramente, não se posiciona de maneira firme e categórica.

[narrador] \_\_\_ Mas então quem é que está aqui doido?

[personagem criado] \_\_\_ É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.

\_\_\_ Vejo; creio que é um papagaio.

\_\_\_ Não, senhor; é uma república. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?

\_\_\_ Homem, eu, a respeito de governos estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal. (ASSIS, 2008, p. 104)

A estratégia a ser evidenciada aqui é a do autor implícito que, no ato de organização e seleção de dados da narrativa, transfere ao personagem a incumbência de defender a premência da República em detrimento do regime da monarquia que vigorava. É significativo para a produção de uma orientação argumentativa da enunciação o fato de que este personagem se apresenta por meio do *ethos* de um sujeito seguro, afirmativo e capaz de desenvolver um encadeamento argumentativo lógico e franco, em evidente oposição ao posicionamento cambiante e ambíguo do narrador. Ao avaliar o regime vigente, a monarquia, o personagem-argumentante sentencia:

\_\_\_ Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a monarquia, ao menos com a república, aquilo que dizia o *Rio-Post* de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?

\_\_\_ Não.

Assim, diante da autoridade demonstrada pelo interlocutor do cronista, e a vacilação e apagamento deste último, a composição do esquema argumentativo direciona para a conclusão implícita nos argumentos do interlocutor de que a república é necessária e a mudança de regime deve ser imediata. Além disso, fica a previsão de que é “deste último trono que deve brotar a flor”, isto é, é este será o último reinado, o qual será sucedido inevitavelmente pela república.

\_\_\_ Não sabe alemão?

E, dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:

\_\_\_ *Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine Konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.*

\_\_\_ Mas que quer isto dizer?

\_\_\_ Que é deste último trono que deve brotar a flor.

\_\_\_ Que flor?

\_\_\_ As

Boas Noites.

A citação em alemão, dita em tom de enigma, além de explicitar o posicionamento político do argumentante, desfavorável à Monarquia, produz um efeito narrativo de coesão com o tema do primeiro esquema argumentativo, isto é, aquele relacionado à escravidão. O segmento pode ser traduzido nos seguintes termos: “Seria fácil provar que o Brasil é menos uma Monarquia Constitucional que uma Oligarquia Absoluta”<sup>3</sup>. O efeito coesivo mencionado refere-se a uma possível articulação entre a caracterização do regime político do Brasil da época como uma oligarquia absoluta e a afirmação do narrador, no primeiro esquema argumentativo, de que ele está sempre do lado do vencedor, independente de questões éticas. Em termos rasteiros, na perspectiva de uma oligarquia absoluta, a última palavra em todos os assuntos de interesse público ou privado pertenceria à oligarquia agrária, no caso brasileiro, não sendo determinadas por um conjunto de normas pré-estabelecidas e válidas para todos em igual medida. Assim, o narrador demonstra pertencer a essa classe, pelo menos na defesa de seus valores, reforçando um efeito ambíguo entre enunciado e enunciação, posicionando-se em função de um *ethos* que pretende ver descredencializado.

Reforçando a orientação argumentativa que defende a mudança de regime, ou seja a argumentação construída no plano da enunciação, o narrador não retoma o foco narrativo deixando a última palavra ao personagem-interlocutor, a partir da qual o leitor poderá dar uma continuidade discursiva e avaliativa. Esta opção narrativa é relevante como estratégia se levarmos em conta que o fechamento de todas as crônicas da série *Bons Dias!* é feito por meio dos *Boas Noites*, expressão que, inclusive, era tomada como o pseudônimo do cronista na época e, ainda hoje, por alguns estudiosos da obra. Nesta crônica, o personagem-interlocutor toma o lugar do narrador-cronista ao se despedir; ou apenas para assumir a última consideração, ou como fruto de mais uma estratégia do autor implícito para imiscuir sua própria personalidade, e portanto seu posicionamento, ao do narrador, harmonizando, assim, o plano do enunciado e o plano da enunciação.

---

<sup>3</sup> Tradução livre.

## **Considerações finais**

Pretendemos mostrar por meio desta reflexão, que a abordagem discursiva dos processos argumentativos pode se valer, de maneira refletida, de noções utilizadas no campo mesmo da teoria da argumentação na língua e da lógica natural. Além disso, entendemos que as estratégias argumentativas estão estritamente relacionadas com a natureza do gênero textual em que aparecem, o que exige, muitas vezes, instrução em outras áreas de estudo, mais familiarizadas com o gênero, como é o caso da relação da crônica com técnicas narrativas próprias da literatura.

## **Referências bibliográficas**

ASSIS, Machado de. “Crônica de 19 de maio de 1888”. In: *Bons Dias!*. 3 ed. Introdução e notas: John Gledson. São Paulo: Hucitec; Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008, p. 103-108.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLANTIN, Christian. *A argumentação*. São Paulo: Parábola, 2008.

ANEXO

GAZETA DE NOTÍCIAS – RIO DE JANEIRO

**BONS DIAS**

11 de maio de 1888

1. Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho alerta, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu em suma), e o resto da população.

2. Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra cousa; mas ninguém dá a razão desta cousa ou daquela cousa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião. Creio que fiz um verso.

3. Eu, pela minha parte não tinha parecer. Não era por indiferença: é que me custava a achar uma opinião. Alguém me disse que isto vinha de que certas pessoas tinham duas e três, e que naturalmente esta injusta acumulação trazia a miséria de muitos; pelo que, era preciso fazer uma grande revolução econômica, etc. Compreendi que era um socialista que me falava, e mandei-o à fava. Foi outro verso, mas vi-me livre de um amolador. Quantas vezes me não acontece o contrário!

4. Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias *incondicionais*, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundeza de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos.

5. Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma cousa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário.

6. Quem os contratou? Quem é que foi a Ouro Preto contratar comesses escravos fugidos aos fazendeiros A, B, C? Foram os fazendeiros D, E, F. Estes é que

saíram a contratar com aqueles escravos de outros colegas, e os levaram consigo para as suas roças.

7. Não quis saber mais nada; desde que os interessados rompiam assim a solidariedade do direito comum, é que a questão passava a ser de simples luta pela vida, e eu, em todas as lutas, estou sempre do lado do vencedor. Não digo que este procedimento seja original, mas é lucrativo. Alguns não me compreenderam (porque há muito burro neste mundo); alguém chegou a dizer-me que aqueles fazendeiros fizeram aquilo, não porque não vissem que trabalhavam contra a própria causa, mas para pegar uma peça ao Clapp.

8. \_\_\_ Sim, senhor. Saiba que o Clapp tinha o plano feito de ir a Ouro Preto pegar os tais escravos e restituí-los aos senhores, dando-lhes ainda uma pequena indenização do seu bolsinho, e pagando ele mesmo a sua passagem de estrada de ferro. Foi por isso que...

\_\_\_ Mas então quem é que está aqui doido?

\_\_\_ É o senhor; o senhor é que perdeu o pouco juízo que tinha. Aposto que não vê que anda alguma coisa no ar.

\_\_\_ Vejo; creio que é um papagaio.

\_\_\_ Não, senhor; é uma república. Querem ver que também não acredita que esta mudança é indispensável?

\_\_\_ Homem, eu, a respeito de governos estou com Aristóteles, no capítulo dos chapéus. O melhor chapéu é o que vai bem à cabeça. Este, por ora, não vai mal.

\_\_\_ Vai pessimamente. Está saindo dos eixos; é preciso que isto seja, senão com a monarquia, ao menos com a república, aquilo que dizia o *Rio-Post* de 21 de junho do ano passado. Você sabe alemão?

\_\_\_ Não.

\_\_\_ Não sabe alemão?

\_\_\_ E, dizendo-lhe eu outra vez que não sabia, ele imitando o médico de Molière, dispara-me na cara esta algaravia do diabo:

\_\_\_ *Es dürfte leicht zu erweisen sein, dass Brasilien weniger eine Konstitutionelle Monarchie als eine absolute Oligarchie ist.*

\_\_\_ Mas que quer isto dizer?

\_\_\_ Que é deste último trono que deve brotar a flor.

\_\_\_ Que flor?

\_\_\_ As

*Boas Noites.*  
(Machado de Assis)